



TAVARES: é possível que ainda possa se cortar alguma coisa

Congresso vai discutir obras

Proposta é reavaliar gastos da ordem de R\$ 141 milhões

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, disse ontem que é positivo que o Congresso realize uma discussão sobre os gastos com obras que estão previstas no Orçamento da União para 1999. A proposta de reavaliar estes gastos, que representam R\$ 141 milhões, foi feita pelo presidente do PPS, senador Roberto Freire (PE), como forma de amenizar os cortes na área social.

"É positivo que o Congresso faça uma discussão sobre todas estas obras contempladas nos orçamentos do judiciário, do legislativo e do executivo", disse Martus. O secretário explicou que o governo aplicou um corte de 20% em todas estas obras, mas que "é possível que ainda existam coisas que possam ser cortadas". Martus, que reuniu-se na quinta-feira com o presidente da Comissão de Orça-

mento, deputado Lael Varella (PFL-MG), e o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que o senador Roberto Freire "encontrou um espaço criativo" para remanejar a proposta orçamentária decorrente do ajuste e que chamou de "magrela".

O senador Roberto Freire quer que a Comissão de Orçamento cancele todos os recursos destinados a obras no legislativo, judiciário e nos bancos oficiais. No Orçamento da União e dos bancos estatais para 1999 estão previstos gastos de R\$ 1,15 bilhão em construção, ampliação e modernização de prédios públicos. "Nós temos que qualificar os cortes e garantir que os poucos recursos disponíveis sejam destinados a financiar a produção", disse Freire.

Os gastos com obras do orçamento fiscal, e que podem ser realocados pelos parlamentares para outras atividades, chegam a R\$ 141,6 milhões. Entre as obras previstas estão a construção de novas sedes para o Tribunal Superior Eleitoral (R\$ 2,6

milhões), o Tribunal Superior do Trabalho (R\$ 9 milhões), do Ministério Público (R\$ 16 milhões) e obras diversas em Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais. A previsão de gastos do Senado com obras em 1999 é de R\$ 4,8 milhões e da Câmara é de R\$ 1,7 milhões.

"Temos que cancelar tudo, chamar os representantes destas instituições para detalhar estes gastos e o que não for atividade fim cortar", defendeu Freire. O senador fez também um levantamento sobre a programação de gastos em obras nos bancos estatais. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bando do Nordeste, o Banco da Amazônia e o Banespa, todos administrados pelo governo federal, vão gastar no ano que vem R\$ 1 bilhão em obras. Neste caso, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento foi reticente. "Estes bancos atuam no mercado e muitas destas obras estão sendo feitas em função de garantir sua competitividade", disse Martus Tavares.